

ANA CLARINDA CARDOSO*

De porto em porto entre Itália e Portugal: a longa viagem dos livros do bispo D. João Galvão em 1462

Michele da Colle, mercador-banqueiro pisano estante em Lisboa entre 1462 e 1474, elaborou dois livros de contabilidade em partidas dobradas, redigidos na praça lisboeta nos finais do século XV e que chegaram até aos nossos dias. Estamos perante uma fonte única, que nos dá a conhecer com grande pormenor este mundo das trocas comerciais e de que forma se articulou com outros.

Perante a singularidade destes registos, o presente artigo tem como objectivo analisar um registo detalhado relativo a um despacho de bens pessoais, entre Pisa e Lisboa, do qual Michele foi o principal intermediário. O requerente deste serviço é o então bispo de Coimbra, D. João Galvão, que viajou duas vezes a Itália neste período. O artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, vamos tratar, de forma breve, as figuras centrais desta operação: o mercador pisano em Lisboa e o bispo conimbricense; na segunda, faremos a análise aprofundada do registo desta operação comercial.

Michele da Colle

Michele da Colle chega a Lisboa em 1462 como correspondente internacional e sócio da companhia Da Colle, integrada no grande grupo comercial Salviati. Os primeiros registos da actividade desta companhia datam de 1445 e os seus sócios eram Giovanni e Iacopo da Colle, pai de Michele (Berti 1994, 60-68). Apesar de a companhia estar sediada em Pisa, as suas origens encontram-se em Colle di Val d'Elsa, uma pequena cidade na região de Siena caracterizada por uma forte indústria de papel, que atraía

* CITCEM, Universidade do Porto; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2413-5703>. E-mail: anaclarindacardoso@gmail.com.

importantes investimentos florentinos (Berti 1994). De facto, a produção e a comercialização, deste produto foram o ponto de partida para a actividade comercial da companhia Da Colle, permitindo-lhe um rápido estabelecimento de contactos através da exportação para as praças europeias e para o Norte de África (D'Arienzo 2003, 552; Berti 1994, 48). Progressivamente, a companhia foi acedendo às grandes rotas de comércio internacional e passou a dedicar-se também ao trato de outras mercadorias (Berti 1994). Em paralelo à actividade na companhia que fundou, Iacopo da Colle era ainda sócio da companhia Neroni-Salviati de Pisa, o que explica a posterior ligação entre os Da Colle e este grupo mercantil (Sequeira 2015a, 49).

Em Agosto de 1452 os irmãos Iacopo e Giovanni da Colle colocaram termo à sua sociedade, mas Iacopo e os filhos (Michele e Girolamo) deram continuidade à companhia, mantendo e procurando desenvolver os negócios em Itália e Portugal (Sequeira 2015a, 69-70). As mercadorias transaccionadas continuaram a ser o papel, as sedas e os couros, mas gradualmente foram adicionados outros produtos, como a grã de Sintra (Sequeira 2015a, 72-75).

Na década de 50 do século XV, as relações comerciais da Salviati-Da Colle com Portugal intensificaram-se, sendo mantidas graças à acção de mercadores correspondentes da companhia na praça de Lisboa. Neste grupo de correspondentes há um claro predomínio das ligações com a comunidade genovesa, através dos Marabotti e dos Lomellini. No entanto, o ano de 1462 vai representar o fim destas relações de dependência e a passagem para um tipo de actuação directa no terreno com a chegada de Michele da Colle a Lisboa e a consequente inauguração da filial portuguesa da companhia Da Colle-Salviati.

Michele, ainda jovem, terá deixado a sua terra natal por volta de 1457 (Berti 1994, 104). Era prática estabelecida em Itália os jovens mercadores deslocarem-se para uma praça estrangeira, como forma de consolidarem e aperfeiçoarem a sua experiência mercantil antes de regressarem à cidade de origem (Sequeira 2015a, 49). Durante cinco anos Michele viveu em Valência, e sabemos que exerceu aí a actividade de mercador (Sequeira 2015b, 26), tendo seguido para Lisboa no final de 1461. Na sua deslocação para a praça portuguesa, esteve presente em outras cidades como Sevilha, Cádiz e Tavira (Berti 1994, 86). Acreditamos que a passagem por estas cidades teve como finalidade principal a criação e o fortalecimento de uma rede de contactos com parceiros comerciais e correspondentes nessas praças, para o bom desenvolvimento da sua actividade comercial e financeira na Península Ibérica. A deslocação de Valência para Lisboa é visível, entre outros, nos registos da companhia Neroni: no livro *mastro* com as contas de 1460 a 1465, num primeiro momento Michele é denominado como “Michele di Iachopo da Cholle di Valenza”, mas, por volta de 1461, a denominação da sua conta é alterada para “Michele di Iachopo da Cholle al presente abitante a Lisbona” (Sequeira 2015b, 26).

Para além disso, os próprios livros de Michele da Colle permitem-nos perceber que o mercador se encontrava em Lisboa em 1462, já que registou no fólio de abertura de cada livro “in Lisbona”. Estes livros são uma fonte que nos fala um pouco da organização

da filial e nos fornece breves dados sobre o seu quotidiano: o mercador dividia casa comercial com Danielo Strozzi, também mercador; e tinha ao seu serviço Antonio d’Orlando da Siena, que várias vezes se ocupava do levantamento de mercadorias em alguns portos e do seu transporte até Lisboa. Possuía ainda um escravo muçulmano negro, de nome Ali, mas que, após ser baptizado, passou a chamar-se Fernando; e uma criada, Catarina Afonso, encarregada de cuidar de uma menina pequena, filha do mercador (Cardoso 2016, 46).

Michele não ficou muito tempo sozinho em Lisboa: dois ou três anos depois da sua chegada, sabemos que o seu pai, Iacopo da Colle, estava na praça portuguesa (Berti 1994, 98-104). Juntos continuaram a actividade a partir da filial lisboeta, enquanto a companhia de Pisa ficava sob a direcção de Girolamo da Colle, irmão de Michele.

Em 1474, Michele da Colle surge como testemunha num emprazamento em Santarém, identificado como “Michele de Colle florentim mercador estante na Rua Nova de Lisboa” (Cardoso 2016, 48). É a primeira vez que temos uma referência à rua onde Michele habitava e o facto de ser na Rua Nova (dos Mercadores) desta cidade é um sinal da posição que ocupava na sociedade portuguesa de então¹.

Em 1475, Michele da Colle estava de regresso a Itália, e sabemos que Iacopo já teria falecido em Portugal. Chegavam ao fim treze anos de actividade contínua na praça de Lisboa (Berti 1994, 98-104). Para este período dispomos apenas de mais duas notícias relativas a estes mercadores: o já referido documento de Santarém e a entrega do monopólio da exploração do alúmen, em 1469, a Iacopo da Colle por D. Afonso V (Duarte 1995, 94). Michele e o seu irmão, Girolamo, encerraram a actividade da companhia Da Colle e integraram, como funcionários, o grande Banco Salviati de Pisa (Carlomagno 2009, 16, 31 e 167). Em 1481, Michele viria a ser nomeado para elaborar o denominado *Libro Stella*, no qual se copiavam todos os registos do banco, função que manteve até 1497 e que foi desempenhada na agência do Banco em Florença (Carlomagno 2009, 16, 31 e 167).

D. João Galvão

João Rodrigues Galvão terá nascido entre 1426 e 1433, e são escassas as informações de que dispomos sobre ele. Foi frade em Santa Cruz de Coimbra (1438), cónego da Sé de Coimbra e abade das igrejas de São Julião de Azurara (Mangualde) e de São Martinho de Pindo (Penalva do Castelo). Em 1451, acompanhou a Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, como seu capelão, na viagem para Itália, onde esta viria a desposar Frederico III (Machado 1964, 411-415; Monteiro 1997, 74). Na cidade de Siena foi recebido pelo bispo Enea Silvio Piccolomini, futuro Pio II, com quem manteve amizade e trocou correspondência (Ferreira 2001, 60).

Com a morte do Prior de Santa Cruz de Coimbra, D. João Galvão é escolhido para ocupar este cargo (1459), mas por pouco tempo, já que a 17 de Setembro de 1460 é

1 Agradeço a informação ao Dr. Pedro Pinto.

investido como 36.º bispo de Coimbra. (Alguns autores não concordam com o ano de investidura: uns apontam 1460, assumindo que D. João acumulou o episcopado com as funções de Prior de Santa Cruz (Gomes, *D. Afonso V*, 129); mas na obra *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra* o ano apontado é 1462 (Madahil 1942, 168) e nos livros de Michele da Colle surge identificado como bispo de Coimbra.) Esta nomeação, que contou com um grande apoio do rei e do papado, conheceu uma oposição forte no seio do clero português, tal como acontecera com a sua nomeação para legado papal em 1461 (Gomes 2006, 129; Marques 1994, 158), opondo o episcopado aos interesses de D. Afonso V e a uma disposição administrativa de Pio II.

Este clima de conflito é visível nas acusações de que D. João Galvão estaria a tentar comprar o cardinalato (Marques 1994, 137-143), o que deu origem a um movimento de contestação conduzido pelo então bispo da Guarda e pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, que considerou a nomeação de D. João Galvão para legado papal uma afronta directa (Marques 1994, 160). O ponto alto deste conflito foi a chegada a Roma de uma apelação ao Sumo Pontífice que, a 27 de Agosto de 1462, suspende as funções de D. João Galvão como legado papal e anula as penas infligidas e os processos instaurados (Marques 1994, 160; Marques 1988, 142-143).

A animosidade que D. João Galvão conhecia dentro do alto clero contrasta com a proximidade que mantinha com D. Afonso V, relacionada também com o facto de o prelado ter participado na expedição a Arzila e Tânger (1471). Esta relação de proximidade levou o monarca a incluí-lo no seu Conselho, tendo ocupado diversos cargos (1472 e 1483): Escrivão da Pureza, Vedor-Mor das Obras e Resíduos do Reino e Alcaide-Mor das Sacas das Comarcas da Beira e Ribacôa (Gomes 2006, 121). No entanto, a situação mais demonstrativa desta confiança é a elevação de D. João Galvão às honras de nobreza. O monarca reconhece os serviços prestados por D. João Galvão na conquista daquelas praças no Norte de África, ao conceder-lhe o título de 1.º Conde de Arganil, com todos os seus direitos, privilégios e jurisdições, para si e para todos os seus sucessores no dito bispado (1472) (Almeida 1967, 500-501). Em 1473, é-lhe ainda concedido, e aos seus sucessores, o poder de nomear um tabelião para o lugar de Arganil, e em 1475, é nomeado fronteiro da comarca da Beira, no âmbito da guerra pela sucessão ao trono de Castela (Gomes 2006, 208).

Com a morte de D. Afonso V (28 de Agosto de 1481), D. João Galvão vai conhecer novamente dificuldades. Nesse mesmo ano, o prelado de Coimbra é nomeado arcebispo de Braga, tomando posse no ano seguinte, apesar de nunca ter recebido as letras apostólicas de confirmação. Fortunato de Almeida justifica que tal pode ter ficado a dever-se ao facto de a sua transferência para Braga se ter processado por indicação do monarca, o que terá levado Roma a recuar, pois não queria mostrar que permitia que o rei chamasse a si o direito de promover bispos (Almeida 1967, 500-501). Em 1483, com o objectivo de ver confirmada a sua nomeação como arcebispo de Braga, D. João Galvão solicitou dois empréstimos, do qual desconhecemos o montante, para custear as letras de confirmação:

o primeiro foi pedido ao cabido bracarense, e o segundo a um cónego da colegiada de Guimarães, que lhe adiantou trinta mil reais brancos (Almeida 1967, 500-501).

Em 1484, ainda sem ter recebido as letras de confirmação, começou a praticar actos jurisdicionais, o que não agradou ao Papa, Sisto IV, que mandou arrancar os selos da sua documentação de confirmação por considerar indigno este comportamento. A posição do Sumo Pontífice em relação a esta situação está materializada na Bula que envia a D. João Galvão, citando-o perante a Santa Sé por ter exercido como arcebispo de Braga sem aguardar a confirmação e por conspirar com os ministros do rei contra as imunidades eclesiásticas (Almeida 1967, 500-501). No ano seguinte, 1485, D. João Galvão renuncia ao arcebispado, vindo a falecer em pobreza, no Convento de Xabregas.

No que diz respeito à relação entre esta personagem e Michele da Colle, podemos encontrá-la reflectida nos livros de contabilidade do mercador: a conta de abertura do livro *mastro* é a de D. João Galvão, e Michele foi o escolhido para ser o seu banqueiro em operações com letras de câmbio que tiveram como destino a Cúria papal (Cardoso 2016, 117 e 188). D. João Galvão foi ainda cliente dos tecidos de luxo que este mercador comercializou em Lisboa, chegando a pagar o valor mais alto pelo veludo adquirido (Cardoso 2016, 78). Importa ainda destacar os momentos em que o prelado de Coimbra surgiu como figura principal em operações nas quais o mercador pretendeu adquirir moeda portuguesa antes de se fixar em Lisboa, o que nos dá conta de que o primeiro estaria ligado à alta finança.

A relação entre estas duas figuras estendeu-se ainda a outros membros da família Galvão: os pais do bispo, Rui Galvão, escrivão da câmara de D. João I e secretário régio até 1460 (Cardoso 2016, 224), e Branca Gonçalves; e o irmão, o cronista Duarte Galvão, para quem D. João Galvão importa de Valência um manto através dos serviços de Michele da Colle (Cardoso 2016, 92). Para além de figurarem como clientes dos tecidos de seda florentinos deste mercador (Cardoso 2016, 77), o mais interessante, sobretudo em relação aos pais do prelado, é o facto de estarem presentes em letras de câmbio ocupando as funções que normalmente são atribuídas aos mercadores-banqueiros: emissores e pagadores de letras (Cardoso 2016, 188).

Os livros de Michele da Colle

Os já referidos livros de contabilidade de Michele da Colle correspondem aos dois primeiros anos da sua actividade em Lisboa (1462 e 1463) (Cardoso 2016, 51-68) e são dois: um livro *mastro* e um denominado *ricordanze*. No primeiro livro o mercador elaborou uma contabilidade de síntese dos seus negócios, arrumando as operações por tipologias de contas: de mercadorias e de despesas de casa, e contas com os nomes dos seus clientes, como é o caso do prelado de Coimbra. O segundo livro, por sua vez, é composto por quatro secções distintas: o *giornale*, ou seja, onde se registam diariamente todas as transacções, que, posteriormente, são transcritas e organizadas no livro *mastro*; uma secção de cópias de letras de câmbio; uma outra com cópias de contas, despesas e contratos;

e, finalmente, uma última que contém o registo de comissões. O *ricordanze* pertence a uma tipologia de livros de comércio muito interessante, pois é um livro utilizado pelos mercadores mas que não possui um valor contabilístico directo; é antes um compêndio de operações e anotações que o mercador que o elaborava considerava as mais importantes para a prossecução dos seus negócios futuros (Sangster *et al.* 2012, 29). Quando atentamos no *ricordanze* de Michele da Colle, verificamos que estão reunidas estas características: é neste livro que temos uma secção de cópias de letras de câmbio, sobretudo aquelas em que Michele assume a função de pagador das letras; é onde temos registados os contratos para o comércio de couros portugueses e irlandeses, que se realizariam posteriormente (Sequeira 2018, 131-145); e é ainda onde se encontra o registo minucioso de algumas operações que depois reaparecem no livro *mastro* e no *giornale* de forma mais sucinta. Uma dessas operações é o despacho dos bens de D. João Galvão.

O transporte dos bens de D. João Galvão

Como indicado anteriormente, D. João Galvão esteve em Itália na década de 50 do século XV, em Siena, de onde sabemos que as caixas com os seus pertences têm origem. Na primeira viagem que lhe conhecemos (1451-1452) foi como capelão da Infanta portuguesa que desposou o Imperador Frederico III. Para além disto, para o período desta deslocação temos notícias de que terá frequentado como estudante três universidades italianas: Siena, Bolonha e Pavia (Vigil Montes 2017, 195).

Da sua segunda viagem, temos apenas notícias indirectas. João Fernandes da Silveira, o mais destacado oficial da Corte portuguesa deste período, vai liderar uma embaixada de quatro anos a Itália (1456-1460) com o objectivo de se constituir uma cruzada para a guerra contra o inimigo turco. Nos registos que temos relativos à composição da embaixada, não há qualquer indicação sobre a presença de D. João Galvão. Todavia, na carta de quitação de D. Afonso V relativa a esta embaixada, de 3 de Fevereiro de 1462, é referida uma despesa com um empréstimo, efectuado em Itália, a D. João Galvão num desses anos em que decorreu a viagem diplomática (*Monumenta Henricina* 1960-1974, 199-200). Esta mesma carta de quitação permite-nos saber que a companhia Neroni-Salviati foi um dos intermediários bancários desta embaixada a Itália, e, quando consultamos os registos comerciais desta companhia, verificamos que João Fernandes da Silveira esteve presente no pagamento da “bula para o episcopado” (*della bolla del suo veschovado*) de D. João Galvão em 1459 (custou 300 florins de ouro, mas foi paga em ducados *di camera* (250)).

Antes de avançarmos para a análise do registo, importa referir que neste mesmo despacho, realizado de Itália para Portugal com os bens de D. João Galvão, se indica que foi também transportada uma caixa de brocados que tinha como destinatário um mercador italiano em Portugal, Francesco Giuntini (Sequeira 2016). Apesar de as diferentes mercadorias fazerem a viagem em conjunto, Michele da Colle registou-as em contas separadas, atendendo ao facto de as diferentes mercadorias terem desiguais custos de transporte associados, pelo que foram cobrados valores distintos a cada um dos seus clientes.

Conhecida a ligação de D. João Galvão a Siena, esta é também a indicação mais recuada que temos para a origem dos bens para os quais solicitou o seu despacho para Lisboa. O registo pormenorizado da despesa começa logo por nos revelar dados importantes: identifica os bens do bispo de Coimbra – seis caixas e um *fordello d'arnexi*, que foram transportados a bordo da galé florentina, capitaneada por Bongiani Gianfigliuzzi, para Cádiz e que, chegados a este porto, foram recebidos por Marino Crivelli.

Bongianni Gianfigliuzzi (1418-1484) era membro de uma família de mercadores-banqueiros de Florença que, desde os seus inícios no século XIII, manteve importantes relações económicas com as famílias florentinas mais destacadas, como os Medici e os Albizzi (*Treccani – Dizionario Biografico* 2018). Desde muito novo, Gianfigliuzzi viajou para Valência e Barcelona, onde estabeleceu importantes contactos e deu início, na última cidade, ao desenvolvimento da sua actividade como *padrone* de galés, ampliando e reforçando os seus contactos comerciais na zona mediterrânica da Península Ibérica. Pouco tempo depois de regressar a Florença (1446), foi-lhe entregue, pela *Signoria*, um cargo de chefia nas frotas com destino ao Norte de África, Catalunha e Alexandria, que somavam às rotas para as principais praças do mar do Norte que já detinha (Mallet 1967, 163-165 e 167; Goldthwaite 2009, 97-98; Piffanelli 2014).

Por sua vez, Marino Crivelli, que esteve encarregado de receber os bens do bispo em Cádiz, era o cônsul dos venezianos e dos florentinos nesta cidade. Em 1459 mudou-se para Jerez de la Frontera e tornou-se vizinho desta cidade, surgindo na documentação local como “Maryn de Gravel” (González Arévalo 2016, 52).

Em relação à escolha de Cádiz como ponto intermediário desta viagem, temos de ter em consideração dois aspectos. Do ponto de vista da companhia Da Colle e, sobretudo, do grupo comercial que integravam, os Salviati, a cidade portuária de Cádiz já se revelara de grande interesse como paragem estratégica nos seus negócios na Península Ibérica (Berti 1994, 62-63, 82-84 e 88-89). Cádiz despertava o mesmo interesse em outras companhias comerciais e até nas rotas das galés florentinas, tendo chegado a ser porto de transbordo entre as galés florentinas e as embarcações que depois rumavam para Lisboa e para a Europa do Norte (González Arévalo 2015, 302-303; Mallet 1967, 74, 88 e 94; Ladero Quesada 1992, 179; Goldthwaite 2009, 147). Por outro lado, não podemos esquecer as características intrínsecas da própria cidade portuária: Cádiz, à semelhança de Lisboa, era um porto mais voltado para o comércio do Atlântico, em oposição a Valência e a Málaga, mais viradas para o comércio no Mediterrâneo (Goldthwaite 2009, 143). Para além disso, Cádiz, tal como outras cidades portuárias, era um ponto importante para a aquisição de matérias-primas, como seda, açúcar e frutas secas, que depois eram utilizadas pelos mesmos mercadores italianos nos seus negócios com o mar do Norte (Goldthwaite 2009, 155).

Retomando o registo do nosso despacho, definimos como primeiro momento o custo do frete de Gianfigliuzzi entre Porto Pisano e Cádiz (**fig. 1**), para as seis caixas e o *fordello*: 9600 reais portugueses (ver tabela (**fig. 2**) e gráfico (**fig. 3**) seguintes, nos quais transcrevemos as despesas listadas pelo mercador)).



I Percursos do transporte dos bens de D. João Galvão entre Itália e Portugal.

Fonte: Archivio Salviati, Serie I – Libri di Commercio, Da Colle e Salviati.

Giovanni da Colle e Averardo di Alamano Salviati, di Banco in Lisbonna, reg. 8, c. 76.

Cartografia: Joaquim Cardoso.

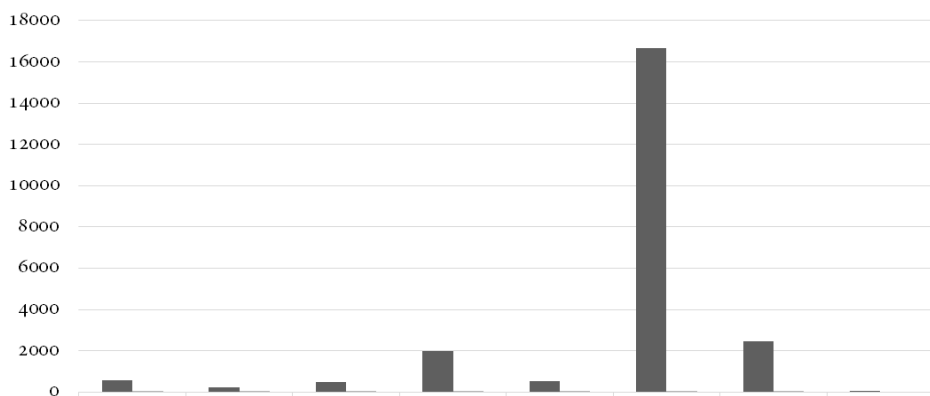
Descrição da despesa	Tipologia da despesa	Valor (em reais)
<i>Per nolo di sei caxe e uno fardello</i>	Transporte marítimo	9600
<i>Per nolo e spexe di Diego Barradas e Girolamo vostro servidore in tutti</i>	Transporte marítimo e despesa com pessoal	3600
<i>Per lelda di chatelognia</i>	Imposto	1200
<i>Per beberaggio a nochieri di galea</i>	Despesa com pessoal	150
<i>Per scharicare di galea porto alla terra</i>	Logística	60
<i>Per diritto di Calis</i>	Imposto	250
<i>Per provisione del consolo che le ricevute</i>	Comissões	230
<i>Per hostalagio</i>	Armazenamento	100

Descrição da despesa	Tipologia da despesa	Valor (em reais)
<i>Per Marino Crivelli che dixè avere dato a Diego Barradas</i>	Despesa com pessoal	26
<i>Per spexe di Diego e Girolamo per di 6 restarono a casa di Marino</i>	Despesa com pessoal	310
<i>Per quando si torno a charichare</i>	Logística	40
<i>Per charichare in barcha</i>	Logística	20
<i>Per diritto di Calis</i>	Imposto	250
<i>Per una scrittura che scrive che dette robe venivano in Portogallo</i>	Logística	10
<i>Per scharichare in Tavilla porto alla alfandicha</i>	Logística	60
<i>Per rilegalli in dogana quando li voleno vedere: spago, chorde e altri bisogne</i>	Logística	40
<i>Per una notte gli feci guardare in dogana</i>	Logística	30
<i>Per nolo da Calis a Tavilla per uno barcho armado</i>	Transporte marítimo	3450
<i>Per fede mandata a Calis chome dette robe erano venuti in Portogallo</i>	Logística	10
<i>Per hostalagio in Tavilla</i>	Armazenamento	460
<i>Per spexe fatti in guarda [?]</i>	Logística	230
<i>Per porto da Tavilla a Chuna</i>	Transporte terrestre	2100
<i>Per piu portagi pagati nel caminio</i>	Impostos	80
<i>Per uommo del Re</i>	Transporte terrestre*	350
<i>Per uommo del re del'alfandicha di Tavilla</i>	Impostos**	200
<i>Per nolo da Chuna a qui</i>	Transporte fluvial	60
<i>Per scharichare di barcha port al'alfandicha</i>	Logística	40
TOTAL		22 956

2 Síntese do despacho dos bens do Bispo de Coimbra.

* Considerou-se “transporte”, pois é o pagamento ao homem do Rei que acompanhou as mercadorias de Tavira para Lisboa.

** Considerou-se “imposto”, pois é o pagamento ao funcionário da Alfândega.



	Armazenamento	Comissões	Despesa com pessoal	Imposto	Logística	Transporte marítimo	Transporte terrestre	Transporte fluvial
Valor (em reais)	560	230	486	1980	540	16 650	2450	60
Porcentagem	2,4%	1,0%	2,1%	8,6%	2,4%	72,5%	10,7%	0,3%

3 Valor pago por tipologia de despesas.

A segunda etapa corresponde à chegada a Cádiz. Os bens vão ser descarregados da galé, transportados para a cidade (60 reais) e armazenados (100 reais). Como seria de esperar, a entrada de mercadorias numa cidade portuária implicava o pagamento de um conjunto de impostos: 1200 reais pela *lelda di chatelugnia* (lelda da Catalunha) e 250 reais pelo direito de entrada na cidade de Cádiz. Todo o trabalho de recepção, transporte e armazenamento destes bens do bispo de Coimbra esteve a cargo, como já referido, do cônsul Marino Crivelli, que por ele cobrou 230 reais.

Para além da referência a Crivelli, sabemos que, a acompanhar os bens de D. João Galvão desde Porto Pisano até Cádiz, estiveram duas figuras identificadas como seus servidores: Girolamo e Diego Barradas. Do primeiro não temos mais informações, mas Diego Barradas surge em outros registos das contas de D. João Galvão nos livros de Michele como “seu escudeiro”. A nota detalhada do conjunto das despesas deste despacho indica-nos que estas duas figuras, para além de terem viajado com os bens até Cádiz, o que representou um custo de 3936 reais, permaneceram alojadas na casa de Marino Crivelli até as mercadorias voltarem a ser expedidas para o seu destino final. Assim, para além de ter cobrado pelo seu trabalho, Crivelli cobrou pelo alojamento dos dois servidores do prelado de Coimbra (310 reais).

Através do registo da despesa do alojamento, sabemos que os servidores do bispo de Coimbra permaneceram em Cádiz seis dias. Mas o interessante desta operação é que nos permite perceber como se processou e, sobretudo, quanto custou a logística de voltar a carregar estes bens numa embarcação com destino a Portugal; 40 reais pelo transporte dos bens do bispo, do local onde estavam armazenados até ao porto; e 20 reais para carregar os bens numa barca. A saída deste porto implicou ainda o pagamento de um imposto: 250 reais, igual ao direito de entrada.

Atentando nos valores despendidos nesta paragem em Cádiz, que representou um total de 6236 reais, mais de metade do valor pago foi para gastos associados ao pessoal que estava encarregado de recepcionar e acompanhar os ditos bens de D. João Galvão. A carga fiscal correspondeu a 27% do valor despendido, e a logística representou apenas uma ínfima parte do total das despesas em Cádiz.

O terceiro momento que identificamos neste registo diz respeito à chegada das mercadorias a Portugal, mais propriamente a Tavira, onde foram descarregadas e armazenadas. Importa recordar um pequeno detalhe do momento anterior: quando os bens do bispo de Coimbra deixaram Cádiz, foram carregados numa barca, tipo de embarcação usada pelos portugueses no Mediterrâneo, sobretudo na primeira metade do século XV (Barata 1998, 154-155), e não numa galé. Ou seja, seria um tipo de embarcação pequena, não ultrapassando os trinta tonéis, possuindo alguma capacidade de carga, e com uma protecção para os tripulantes e os bens que transportassem (Domingues 2007, 16-20). Todavia, vários autores, como Francisco Contente Domingues, defendem que o termo “barca” não se reporta a um tipo específico de embarcação, dada a diversidade de situações em que surge na documentação, mas que funciona antes como um termo genérico (Domingues 2007, 15). Neste caso em concreto, acreditamos que a indicação feita por Michele não se trate de uma referência genérica, visto que em outros momentos dos seus registos faz a distinção da tipologia das embarcações utilizadas: barcas, galés e caravelas. Para além disso, tendo por base os múltiplos registos que este despacho gerou nos livros de contabilidade de Michele da Colle, sabemos ainda que se tratou do frete de uma barca armada portuguesa, no valor total de 3450 reais, que tinha Pedro Rodrigues como capitão. O pagamento foi realizado através de um outro contacto do mercador no porto de Cádiz, Francesco da Mare, pormenor que nos revela um pouco mais sobre a rede de parceiros de Michele.

Tavira era um dos portos algarvios com presença significativa no comércio externo, juntamente com Castro Marim, Faro e Lagos, e desde cedo foi merecedor da atenção do poder central. Já no reinado de D. Dinis, Tavira beneficia de um investimento numa marinha portuguesa; é também nesta vila que, regressado de Ceuta, D. João I recompensa quem participou na conquista da praça e nomeia os seus filhos D. Pedro e D. Henrique duques de Coimbra e Viseu, respectivamente – situações que nos revelam a importância estratégica deste local (Fonseca e Pizarro 1987, 63-64; Costa 2003, 189 e 193). Do ponto de vista económico, Tavira despertou interesse por parte dos mercadores estrangeiros,

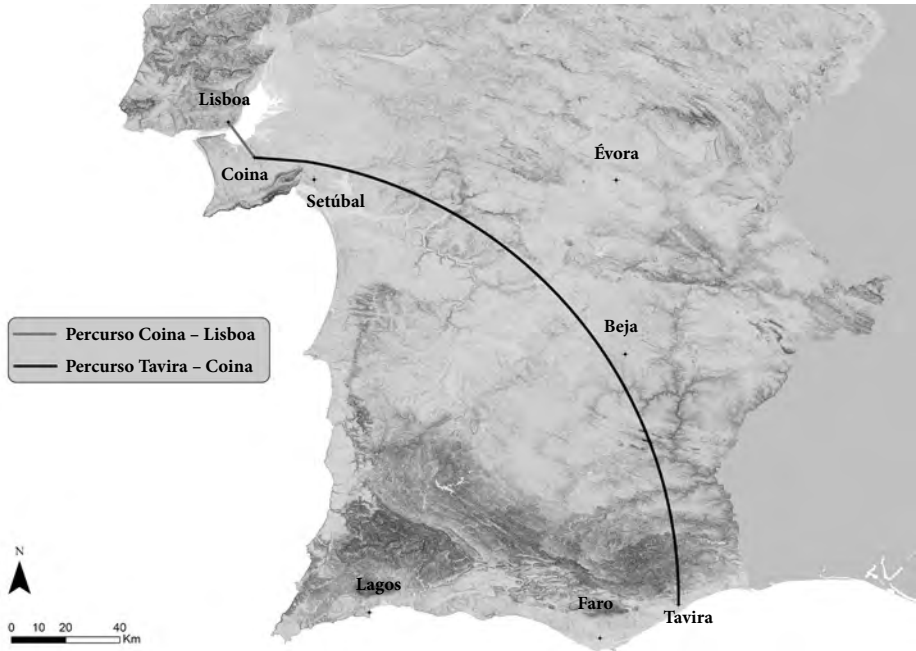
que desempenharam um papel importante nas exportações. O seu porto permitia navios de alto bordo e, desde cedo, temos notícias relativas à presença de embarcações de outras paragens, como de mercadores do Norte da Europa e italianos, que aqui carregavam sal, peixe seco, vinho e frutas, entre outras mercadorias (Vasconcelos 1999, 161).

Assim, prosseguindo a análise deste despacho, em Tavira temos a referência a uma despesa com dois documentos de confirmação da entrada das mercadorias em Portugal, um dos quais deveria ser enviado para Cádiz. Ao contrário do que verificámos em Cádiz, o maior volume de despesas em Tavira, quase 70%, foi com a descarga, transporte e armazenamento dos bens de D. João Galvão, e não com impostos. Seguindo o registo, podemos acompanhar os passos dessa logística: as mercadorias foram descarregadas no porto de Tavira e transportadas para a alfândega, na qual permaneceram uma noite. No dia seguinte, foram transportadas dali para casa dos irmãos Marabotti, mercadores genoveses, onde ficaram armazenadas. Atentando na conta destes irmãos nos livros de Michele, conseguimos apurar mais detalhes sobre este momento do despacho: como receberam os bens de D. João Galvão em Tavira, encarregaram-se também do pagamento na alfândega a Fernando Vaz, identificado como funcionário alfandegário.

A presença da família Marabotti em Portugal data de 1444, mas é na carta de privilégio de 1458, que os define como “vizinhos e naturais do reino”, que temos a indicação de que já se encontravam em território português há mais de trinta anos (*Dicionário dos Italianos Estantes em Portugal* 2018; D’Arienzo 2003, 581). A ligação destes dois mercadores genoveses à companhia Da Colle e, sobretudo, a Michele foi muito próxima. Quando Michele chegou a Portugal, a sua primeira paragem foi na casa dos irmãos Marabotti, os quais, nos negócios da companhia, funcionaram como o ponto intermediário das mercadorias que eram exportadas e importadas de e para Michele através de Valência (Cardoso 2016, 210-211).

Ainda dentro desta terceira etapa da viagem dos bens do bispo, há duas despesas que gostaríamos de destacar. A primeira diz respeito ao pagamento de trinta reais para o pessoal que estivera a guardar as caixas na alfândega, indicação que parece ser, de certo modo, reveladora de que os bens transportados tinham um valor importante e por isso necessitavam de uma guarda específica. Este serviço de guarda, ao que tudo indica, repetiu-se aquando da estadia em casa dos Marabotti, tendo um custo de 230 reais. Por sua vez, o segundo registo que queremos destacar é a indicação de Michele de que quarenta reais foram para uma despesa com cordas: na alfândega de Tavira, ao apresentarem os bens que estavam a ser transportados, danificaram as cordas que amarravam as caixas e foi necessário adquirir novas.

O quarto momento deste despacho diz respeito ao transporte de Tavira até Coima, uma vila portuária perto de Setúbal. O valor despendido neste trajecto foi de 2100 reais, aos quais se somaram oitenta reais de portagens pagas ao longo do caminho e ainda 350 reais para o pagamento a dois homens do rei: um que terá acompanhado a deslocação entre Tavira e Coima, e outro que se encontrava na alfândega de Tavira.



4 Detalhe do percurso dos bens de D. João Galvão.

Fonte: Archivio Salviati, Serie I – Libri di Commercio, Da Colle e Salviati.

Giovanni da Colle e Averardo di Alamano Salviati, di Banco in Lisbonna, reg. 8, c. 76.

Cartografia: Joaquim Cardoso.

Sobre esta quarta etapa do percurso dos bens de D. João Galvão dispomos de mais dados nos livros de Michele (fig. 4). Enquanto mercador estante na cidade de Lisboa, Michele tinha um funcionário na sua casa comercial: Antonio d’Orlando da Siena, que se deslocou a Tavira para levantar estas mercadorias. Apesar de não conseguirmos apurar as datas concretas, conseguimos reconstituir o percurso de ida e regresso deste funcionário, já que esta despesa contou também com um registo no *ricordanze*. Assim, Antonio saiu da cidade de Lisboa, a cavalo, e demorou seis dias a chegar a Tavira. Chegado a esta vila, permaneceu durante sete dias em casa dos Marabotti, tendo regressado a Lisboa numa viagem que demorou dez dias, a cavalo, acompanhado de um moço e de um homem do rei. Para além disso, o registo pormenorizado desta deslocação fala-nos da mercadoria que Antonio d’Orlando da Siena transportava: em *villa luncha* pagou portagem pelas “seis caixas de livros” (40 reais). A indicação que temos na fonte é de que este valor se refere à portagem paga pela caixa de seis livros e pelos panos de seda que pertenciam ao outro cliente de Michele já referido. Não há indicação de quanto correspondeu a cada uma das mercadorias, mas ficamos também a saber que o funcionário adquiriu em

Tavira duas cestas de figos (82 reais). Quanto à localização de *villa luncha*, não temos certezas, mas, atentando na toponímia, na cidade de Lisboa, temos uma referência a Vialonga, na actual freguesia de Penha de França. Este serviço de transporte terrestre demorou 23 dias, o que nos conduz à questão da preferência por este meio de deslocação em detrimento do transporte marítimo, que demoraria cerca de dois dias. É difícil perceber o porquê desta escolha, mas podemos avançar algumas hipóteses. Poderia ser devido à insegurança perante o corso, e Tavira, desde o reinado de D. Dinis, era um dos pontos de apoio principais para uma esquadra portuguesa que assegurava a protecção das embarcações do corso (Fonseca e Pizarro 1987, 74). Podemos ainda considerar que a deslocação por terra permitisse solidificar alguns contactos em zonas de interesse. Ou, por último, porque o valor de entrada na barra de Lisboa seria superior ao que fora gasto nos 23 dias de percurso, mas aqui impõe-se a necessidade de apurar estes valores para permitir uma comparação mais segura.

A deslocação Tavira-Lisboa coloca-nos ainda perante a questão de saber qual teria sido a via terrestre utilizada por Antonio da Siena. Segundo Humberto Baquero Moreno, num estudo sobre as vias preferenciais para a peregrinação a Santiago de Compostela, o Algarve dispunha de três grandes vias: a via que ligava Tavira a Beja; a que estabelecia a ligação entre Faro e Beja, passando por Loulé e Almodóvar; e a terceira, mais próxima da costa atlântica, de Lagos a Ferreira do Alentejo e que, posteriormente, conduziria a duas outras vias: a Évora, ou a Setúbal, e Alcácer do Sal (Moreno 1986, 84). O mesmo autor, num estudo dedicado à acção dos almocreves no desenvolvimento das vias de comunicação nos finais da Idade Média, mostra-nos que existia uma via que ligava Tavira a Beja e, posteriormente, desta cidade ao porto de Setúbal (Moreno 1979, 43). Também a reforçar a ligação entre a cidade de Beja e a península de Setúbal dispomos do trabalho, do mesmo autor, sobre os itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448), no qual podemos observar que o Infante se deslocava para Sesimbra, Palmela, Coina e Almada (Moreno 1968). Assim, tendo em conta que estamos perante uma ligação usada para fins comerciais, religiosos e até pelo poder central, podemos acreditar que terá sido essa a escolhida por António d'Orlando da Siena.

Por fim, o último momento desta viagem é o frete de uma barca que realizou o transporte entre Coina e Lisboa (60 reais), o descarregamento na capital portuguesa e o transporte até à alfândega. Em relação a esta barca, estaremos a falar das vias de ligação fluviais que existiam nos rios navegáveis durante o período medieval (Marques 1997, 105-107)? Até ao momento, não conseguimos apurar mais sobre esta questão, mas, tendo em conta a distância que ia ser percorrida e sabendo que em Arrentela, a poucos minutos de Coina, existia uma barca deste tipo, a resposta parece ser positiva (Marques 1997, 106).

Esta pormenorizada operação de transporte de bens do prelado de Coimbra terminou a 16 de Julho de 1462 (contabilmente falando, já que as mercadorias chegaram a Lisboa no início de Março do mesmo ano), quando este realizou o pagamento total a Michele da Colle que, como o próprio indica nos seus registos, não cobrou qualquer

comissão pelo seu trabalho como intermediário deste despacho. Por outro lado, ao outro cliente deste serviço, Francesco Giuntini, foi cobrada uma comissão de 5060 reais, ou seja, cerca de 20% do valor total despendido por este mercador (Sequeira 2016, 178-180). Esta diferença na cobrança da comissão pelo seu serviço acreditamos ser demonstrativa da estreita relação que existia entre Michele da Colle e D. João Galvão.

Olhando para a primeira tabela (fig. 2) e, essencialmente, para o gráfico (fig. 3), podemos verificar que mais de metade do valor pago por D. João Galvão foi relativa aos custos de transporte, essencialmente, marítimos. As despesas relativas ao armazenamento das mercadorias, dos diferentes procedimentos de logística associados, como o carregar e o descarregar das embarcações, e as inerentes despesas com pessoal, não chegam, cada uma, aos três pontos percentuais. A segunda tipologia de despesas, apesar de a diferença entre esta e a primeira ser acentuada, diz respeito aos impostos que foram pagos ao longo do percurso, representando 8,6%. Destes, o mais elevado foi a *lelda* da Catalunha, seguida dos impostos de Cádiz e, por fim, os pagos já em Portugal.

Conclusão

O excepcional contributo deste registo reside no facto de nos permitir uma visão minuciosa do percurso que foi realizado, das várias paragens efectuadas e despesas inerentes a cada uma, bem como de outras personagens envolvidas para a boa concretização deste serviço de despacho de bens pessoais. Sendo Michele da Colle o principal intermediário desta operação, este registo funciona também como um ponto de observação da rede de parceiros e contactos na Península Ibérica deste mercador e da companhia comercial da qual era sócio, ou pelo menos de uma parte dessa rede, cujos traços principais se observam na diversidade de figuras presentes. Para além deste aspecto, este mesmo registo é demonstrativo do modo como um mercador estante numa praça procedia à articulação de um conjunto de espaços geográficos, assim como das estruturas utilizadas para a prossecução dos seus negócios.

Entre todos os clientes de Michele da Colle, destaca-se o bispo de Coimbra, D. João Galvão. Os livros do mercador revelam-nos um prelado ligado à alta finança, que desempenha em pleno a função de financeiro, tal como os seus pais, nomeadamente em operações nas quais Michele pretende adquirir moeda portuguesa. O prelado foi ainda um dos clientes dos veludos de Michele, sendo responsável por uma das mais avultadas operações de transporte, quando recorreu aos serviços do mercador para trazer seis caixas de livros e outros objectos de Itália até Portugal. Mas a presença do prelado de Coimbra também se faz sentir através dos seus familiares, com destaque para os pais, que não só são clientes dos tecidos de seda de Michele, como surgem em operações de câmbio e em funções normalmente atribuídas aos mercadores-banqueiros. A relação entre D. João Galvão, e a sua família, e Michele da Colle serve os interesses de ambos e é reveladora da posição ocupada por este mercador na sociedade portuguesa de Quatrocentos que, claramente, não está limitada à comunidade florentina lisboeta.

Para finalizar, impõe-se a pergunta: que livros eram estes que estavam nas seis caixas que D. João Galvão mandou trazer de Itália para Portugal? Até ao momento, não conseguimos resposta, pois em nenhum dos múltiplos registos se faz referência ao tipo de livros que seriam. No entanto, num dos registos da companhia Neroni, da qual o pai do mercador foi sócio, temos referência a este despacho, com uma ligeira sugestão para um dos livros: seriam de um padre castelhano (*prete catallano*). Sem poder ter a certeza absoluta, na ausência de um inventário, estamos convencidos de que a esmagadora maioria, senão a totalidade, dos livros que D. João Galvão quis transportar para Portugal foram os que aos poucos foi adquirindo durante as suas estadias de estudo nas três universidades italianas, das quais Bolonha era, sem comparação, a mais prestigiada.

Referências

Fontes

- Archivio Salviati, Serie I – *Libri di Commercio, Da Colle e Salviati. Giovanni da Colle e Averardo di Alamano Salviati, di Banco in Lisbonna*, reg. 7 e 8.
- Archivio Salviati, Serie I – *Libri di Commercio. Neroni e Salviati. Francesco Neroni e Averardo di Alamanno Salviati, di Banco in Pisa*, reg. 20.
- Monumenta Henricina*, vol. XIV. 1960-1974. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de. 1967. *História da Igreja em Portugal*, vol. I. Porto: Portucalense Editora.
- BARATA, Filipe Themudo. 1998. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: Os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BERTI, Marcello. 1994. “Le aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciale tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento”. In *Toscana e Portogallo: Miscellanea Storica nel 650° anniversario dello Studio Generale di Pisa*, 57-106. Pisa: Edizione ETS.
- CARDOSO, Ana Clarinda. 2016. “Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa”. Master diss., Universidade do Porto.
- CARLOMAGNO, Antonio. 2009. *Il Banco Salviati di Pisa: commercio e finanza di una compagnia fiorentina tra il 1438 e il 1489*, t. I. Pisa: Universidade de Pisa.
- COSTA, Paula Pinto. 2003. “Tavira nos séculos XII a XV – A ocupação cristã”. In *Tavira. Território e Poder*, 183-203. Tavira: Câmara Municipal de Tavira/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.
- D’ARIENZO, Luisa. 2003. *La presenza degli Italiani in Portogallo al tempo di Colombo*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato.
- Dicionário dos Italianos Estantes em Portugal*. 2018. S. v. “Marabotto, Cristóvão”. Consultado a 20 de Junho de 2018. <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/dicitalianos.asp?id=164>.

- DOMINGUES, Francisco Contente. 2007. *Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI*. Vila do Conde: Cadernos do Museu de Vila do Conde.
- DUARTE, Luís Miguel. 1995. “A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média: tentativa de síntese”. *Revista da Faculdade de Letras: História – II série* 12: 75-111.
- FERREIRA, Eliana Gonçalves Diogo. 2001. “1473 – Um ano no desembargo do “africano”, vol. II. Master diss., Universidade do Porto.
- FONSECA, Luís Adão da, e José Augusto de Sotto-Mayor Pizarro. 1987. “Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na época medieval”. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, 61-89.
- GOLDTHWAITE, Richard A. 2009. *The Economy of Renaissance Florence*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- GOMES, Saul António. 2006. *D. Afonso V: o Africano*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl. 2015. “Florentinos entre Cádiz y Sevilla en los siglos XIV y XV”. In *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*, 273-308. La Laguna: Editorial Universidad de La Laguna.
- GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl. 2016. “Vecinos y propietarios: La integración de los italianos en las sociedades portuarias andaluzas (siglos XIII-XV)”. In *Las sociedades portuarias de la Europa atlántica en la Edad Media*, 249-284. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel. 1992. *Andalucía en torno a 1492. Estructuras. Valores. Sucesos*. Madrid: Editorial Mapfre.
- MACHADO, J. T. Montalvão. 1964. *Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança: Sua vida e obra*. Lisboa: Livraria Portugal.
- MALLET, Michael Edward. 1967. *The Florentine Galleys in yhe Fifteenth Century: With the diary of Luca di Maso degli Albizzi, Captain of the Galleys, 1429-1430*. Oxford: Clarendon Press.
- MARQUES, José. 1997. “Viajar em Portugal nos séculos XV e XVI”. *Revista da Faculdade de Letras: História – II série* 14: 91-122.
- MARQUES, José. 1994. “Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, no século XV”. *Revista da Faculdade de Letras: História, Série II* 11: 137-172.
- MARQUES, José. 1988. *A Arquidiocese de Braga no Século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MONTEIRO, Helena Maria Matos. 1997. “Chancelaria régia e os seus oficiais: 1464-1465”, vol. II. Master diss., Universidade do Porto.
- MORENO, Humberto Baquero. 1986. “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras* 3: 77-90.
- MORENO, Humberto Baquero. 1979. *A Acção dos Almocreves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portuguesas nos Fins da Idade Média*. Porto: Brasília Editora.
- MORENO, Humberto Baquero. 1968. “Os itinerários do Infante D. Pedro: 1438-1448”. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques* I: 1-168.
- NOGUEIRA, Pedro Álvares (?-1597). 1942. *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*. Editado por António Gomes da Rocha Madahil. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- PIFFANELLI, Luciano. 2014. *Il libro rosso seghreto di Bongianni Gianfigliuzzi. Famiglia, affari e politica a Firenze nel Quattrocento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- SANGSTER, Alan, Greg Stoner, Paul de Lange, Brendan O'Connell, e Giovanna Scataglini Belghitar. 2012. "Pacioli's forgotten book: the merchant's ricordanze". *Accounting Historians Journal* 39(2): 27-44.
- SEQUEIRA, Joana. 2018. "Comprar, organizar e expedir: mercadores pisanos no negócio internacional dos couros portugueses e galegos no século XV". *eHumanista* 38: 131-145.
- SEQUEIRA, Joana. 2016. "Entre Lisboa e Pisa: alguns exemplos de viagens comerciais no terceiro quartel do século XV". In *Ao Tempo de Vasco Fernandes, 173-185*. Viseu: DGPC/Museu Nacional Grão Vasco/ Projeto Património.
- SEQUEIRA, Joana. 2015a. "A companhia Salviati-Da Colle e o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV". *De Medio Aevo* 7(1): 47-62.
- SEQUEIRA, Joana. 2015b. "Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV". In *Con Gran Mare e Fortuna. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*, 21-34. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste».
- Treccani – *Dizionario Biografico*. 2018. S.v. "Gianfigliuzzi, Bongianni". Consultado a 30 Maio 2018. [http://www.treccani.it/enciclopedia/bongianni-gianfigliuzzi_res-e19db4ab-87ed-11dc-8e-9d-0016357eee51_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/bongianni-gianfigliuzzi_res-e19db4ab-87ed-11dc-8e-9d-0016357eee51_(Dizionario-Biografico)/).
- VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito. 1999. *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, 2.^a edição. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- VIGIL Montes, Néstor. 2017. "Un eclesiástico para un reinado: el servicio del obispo conimbricense João Galvão a D. Afonso V de Portugal". *Lusitania Sacra* 35: 185-206.